

**DINÂMICAS ECONÔMICAS E SUAS (DES) TERRITORIALIZAÇÕES NO INTERIOR  
PAULISTA/BRASIL: O TRABALHO COM BANCO DE DADOS E INDICADORES  
SOCIOECONÔMICOS DE OURINHOS/SP**

Lucas Labigalini Fuini, Bruno Pomela Mattos, Gabriel Fabril Serra Fassanaro De Oliveira

Eixo 7 - Propostas curriculares e materiais pedagógicos no ensino e na formação de  
professores

- Relato de Experiência - Apresentação Pôster

O presente trabalho de extensão está associado à prática educativa em Geografia, sobretudo nas áreas de geografia humana, sendo desenvolvido junto aos alunos de Ensino médio de uma escola pública no município de Ourinhos. Trata-se de proposta vinculada ao projeto de extensão “Grupo de Estudos de Dinâmicas Econômicas e Território (GEDET): Montando uma base estatística e documental”, desenvolvido na grande área de “Ciências Humanas”, coordenado pelo docente Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini. Este projeto partiu do objetivo de construir um banco de dados com diferentes indicadores econômicos (PIB, PIB per capita, renda média, valor adicionado) e sociais (Índice de desenvolvimento humano, escolarização, longevidade) da realidade regional de Ourinhos, em tabelas, gráficos e cartogramas, e apresentá-lo ao público de jovens estudantes, buscando uma interação favorável à construção de conhecimentos, competências e habilidades para o entendimento dos diversos usos do território na cidade e da relação entre desenvolvimento e território (FURTADO, 2003; BOISIER, 2001). Segundo Cavalcanti (1998), a construção de conhecimentos geográficos na escola deve partir da compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e da influência dessas práticas sociais nas configurações do espaço. O pensar geográfico deveria contribuir para a formação do cidadão que contextualiza espacialmente os fenômenos, conhece o mundo e age como ator social. Seguindo esse referencial e outros mais, realizamos uma oficina com turmas de Ensino médio (jovens de 15 a 17 anos), de uma escola pública estadual localizada em bairro de periferia do município, estudando os indicadores socioeconômicos, trabalhando os conceito de desenvolvimento e segregação socioespacial. Palavras-chave: território, desenvolvimento; ensino

# **DINÂMICAS ECONÔMICAS E SUAS (DES) TERRITORIALIZAÇÕES NO INTERIOR PAULISTA/BRASIL: O TRABALHO COM BANCO DE DADOS E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE OURINHOS/SP**

Lucas Labigalini Fuini<sup>1</sup>; Bruno Pomela de Mattos<sup>2</sup>; Gabriel Fabril Serra Fassanaro de Oliveira<sup>3</sup>. UNESP - Campus Experimental de Ourinhos.

## **1.Introdução**

O presente trabalho de extensão está associado à prática educativa em Geografia, sobretudo nas áreas de geografia humana (econômica e regional), sendo desenvolvido junto a alunos de Ensino Médio de uma escola pública no município de Ourinhos, cidade com pouco mais de 103 mil habitantes, localizada no interior do Estado de São Paulo, em sua região sudoeste. Trata-se de proposta vinculada ao projeto de extensão "Grupo de Estudos de Dinâmicas Econômicas e Território (GEDET): Montando uma base estatística e documental", desenvolvido na grande área de "Ciências Humanas" e nas áreas temáticas de "Política e economia" e "Educação", no câmpus de Ourinhos/SP da Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Brasil.

Este projeto partiu do objetivo de construir um banco de dados com diferentes indicadores econômicos (PIB, PIB per capita, renda média, valor adicionado) e sociais (Índice de desenvolvimento humano, escolarização, longevidade) da realidade regional e local de Ourinhos, em tabelas, gráficos e cartogramas, e apresentá-lo ao público de jovens estudantes, buscando uma interação favorável à construção de conhecimentos, competências e habilidades para o entendimento dos diversos usos do território na cidade e da relação entre desenvolvimento e território.

Desse modo, realizamos oficinas com turmas de Ensino Médio (jovens de 15 a 17 anos) de uma escola pública estadual localizada em bairro de periferia do município, ao final do mês de maio de 2013, estudando os indicadores socioeconômicos de PIB (Produto Interno Bruto), PIB per capita e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com alunos através de apresentações audiovisuais e atividades exploratórias de competências/habilidades em leitura de dados em gráficos e tabelas.

Posto isso, o extensionismo educativo se revela uma importante ferramenta para os jovens reconhecerem a relação entre os dados estatísticos e a realidade do lugar em que vivem, considerando a distribuição territorial das formas geográficas e sociais, infraestruturas, atividades e serviços (SANTOS; SILVEIRA, 2010), articulando as concepções de desenvolvimento, território e segregação socioespacial.

## 2. Referencial teórico

O município de Ourinhos pode ser visto como parte de um contexto-região com características que aproximam seus municípios e como um território, sendo definido por relações de poder políticas que ensejam em seu interior processos de territorialização e desterritorialização econômicos e culturais. Pode também ser visto como lugar ou referencial de lugares, pois em seus bairros e ruas se produzem relações cotidianas, um acontecer homólogo, que cria identidades sociais e é representado/concebido por movimentos e ações de pertencimento, resistência, assimilação (Haesbaert, 2006; Santos, 1996). Ourinhos/SP, cidade de porte médio, localizada acerca de 380 km da capital estadual, pode ser tratada como polo de uma área periférica, em termos econômicos e sociais, em relação ao conjunto territorial paulista, como evidenciou Cano (1997) na análise do processo de desconcentração industrial no Estado.

O território, como conceito fundamental da análise geográfica, é definido por Johnston (1994, apud, Spósito, 2006) como a porção do espaço ocupado pela pessoa, grupo ou Estado, ou como um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como consequência de sua prática de territorialidade ou o campo de forças exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes. O território pode também ser entendido como o nome político para o espaço de um país, sendo indissociável da ideia de Estado. Além disso, o território é também qualificado pelos seus diferentes usos, ou seja, pela implantação de infraestruturas (sistemas de engenharia) e pelo dinamismo da economia e da sociedade, abarcando os movimentos de população; distribuição da agricultura, indústria e dos serviços; o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira; além do alcance e extensão da cidadania (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

Como território, o município de Ourinhos pode ser analisado em torno das três vertentes apontadas por Haesbaert (2006): *a) Política ou jurídica-política*: Traz a ideia de espaço-poder ou espaço-poder institucionalizado. O território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder político do Estado; *b) Econômica*: Enfatiza a dimensão

espacial das relações econômicas, colocando o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho; c) Cultural: Prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido.

A territorialização seria o processo de construção de elementos identitários e de pertencimento a determinado recorte de espaço, estabelecendo-se assim relação de poder e de controle no/do território. Em contrapartida, a desterritorialização seria a perda desses vínculos de enraizamento socioespacial, tanto pela mobilidade do capital em redes informacionais, quanto pela retirada de populações e atividades de seus locais originais por processos de homogeneização político-econômicos e culturais, muitas vezes de forma violenta, podendo gerar os aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2006).

Haesbaert; Ramos (2004) afirmam que um dos sintomas da desterritorialização seria a fragmentação e fragilização do campo do trabalho e da produção, pensando nos fenômenos de globalização econômica, de advento do capitalismo pós-fordista de acumulação flexível e pela expansão do setor financeiro de circulação do capital. Portanto, é possível relacionar a desterritorialização com o processo de exclusão socioespacial, pois

(...) a exclusão, em sua dimensão socioeconômica, deve-se justamente à flexibilização do capital pela incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão de obra e pela precarização das relações de trabalho, à acumulação de capital concentrada no setor financeiro-especulativo, cada vez mais divorciada do setor produtivo, e à crise do Estado do bem-estar social que não atua mais como válvula de escape em épocas de crise econômica, seja com garantias secundárias, seja com a própria geração de empregos. Podemos, então concluir afirmando que, se existe uma desterritorialização do ponto de vista econômico, ela está muito mais ligada aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista do que simples esferas do capital fictício, da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas (HAESBAERT; RAMOS, 2004, p. 45).

O desenvolvimento de um território é marcado, portanto, pelo contínuo processo de territorialização/desterritorialização de atividades, estabelecimentos e pessoas. As atividades econômicas se expressam espacialmente através dos diferentes usos do território, ou seja, a diversidade territorial de implantação de infraestruturas (sistemas de engenharia) e o dinamismo da economia e sociedade, associados aos movimentos de população, distribuição de atividades econômicas, arcabouço normativo e alcance/extensão da cidadania (SANTOS; SILVEIRA, 2010).

O território, na perspectiva do desenvolvimento, segundo Boisier (2001), atenderia a um nível de complexidade crescente, que evoluiria do *território natural* (recorte primário definido pelos elementos da natureza, com poucas intervenções humanas), para o *território equipado* (no qual o homem instalou sistemas de transportes, obras de infraestrutura e algumas atividades produtivas extrativas) e deste para o *território organizado* (marcado pela existência de atividades de maior complexidade, de assentamentos humanos, redes de transporte e pela presença de uma comunidade que se reconhece no território e é regulada por um dispositivo político-administrativo, com ordenamento jurídico nacional e estruturas de administração e governo). Nessa leitura, quanto mais organizado for o território maior será seu nível de desenvolvimento, considerando o prisma da modernização tecnológica e social.

Aprofundando a discussão do desenvolvimento, Furtado (1999, 2000) aponta como referências básicas do conceito as seguintes condições fundamentais: o incremento da eficácia do sistema social de produção, satisfação das necessidades elementares da população e consecução de objetivos de grupos dominantes para utilização de recursos escassos. No entanto, em termos históricos, o desenvolvimento do capitalismo pelo mundo se pautou na reprodução de desigualdades, criando uma periferia no sistema de divisão internacional do trabalho, que gera excedente de capital para os países centrais.

A contrapartida do desenvolvimento seria, portanto, o subdesenvolvimento, cujas especificidades seriam definidas pelos seguintes aspectos: a) apropriação do excedente exclusivamente em benefício das áreas centrais; b) apropriação de parte do excedente por um segmento da classe dominante local; c) apropriação de parte do excedente por grupos locais, buscando ampliar sua esfera de ação; d) apropriação de parte do excedente pelo Estado, priorizando, sobretudo, a internacionalização da economia. Assim, o subdesenvolvimento se manifesta, em última instância, pela dessimetria entre o sistema produtivo e a sociedade, com a heterogeneidade social e desníveis nos padrões de consumo.

Boisier (2001) afirma que o desenvolvimento, em análise do avançar teórico do conceito, vai além do simples crescimento econômico, evidenciado pelo incremento do PIB, envolvendo aspectos ligados ao bem-estar social, participação política e subjetividade dos indivíduos. O desenvolvimento, segundo o autor, seria definido como um processo que requer uma base material, mas não oculta sua natureza intangível, cujas ações devem ser dirigidas a fins coletivos e democraticamente eleitos e com

resultados finais que devem ser maiores que a soma de suas partes. Outro ponto seria que se trata de um processo que se inicia desde baixo para cima e para os lados, de acordo com um processo de capilaridade, e que também se coloca, de forma dialética, entre a lógica de regulação horizontal e a vertical, entre a perspectiva territorial e a funcional.

Assim, se nem todos do conjunto da população fixada em um território se aproveitam desse processo de desenvolvimento, ocorre a segregação socioespacial. Lojikine (1997, apud Villaça, 2001) identifica três tipos de segregação: *a)* uma oposição entre o centro e a periferia; *b)* uma separação cada vez mais acentuada entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares e aquelas ocupadas pelas classes mais privilegiadas; *c)* uma separação entre as funções urbanas, que ficam contidas em zonas destinadas a funções específicas (comercial, industrial, residencial, etc.). Seria a segregação fundamentalmente, portanto, uma manifestação da renda fundiária urbana produzida pelo mecanismo de formação de preços do solo determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho, separando as classes de renda no espaço físico da cidade, com diferenciais nítidos de acesso à renda, infraestrutura e serviços públicos.

Poderíamos dizer que os alunos e comunidade que compõem o público alvo da Escola Estadual Dr. Ary Corrêa vivenciam os três tipos de segregação, pois a escola está localizada no Jardim Europa, situado na zona leste do município, aquela com níveis de renda mais baixos que os evidenciados na zona central e oeste (as mais ricas) e com certa escassez de serviços sociais e equipamentos coletivos dados à distância do centro (SILVEIRA, et. al, 2011).

Desse modo, a visão sobre o desenvolvimento do território ourinhense por esses alunos vai estar diretamente associada às suas experiências com a cidade e o bairro em que vivem, sendo esses trajetos diários entre o trabalho, a escola e a casa chamados de territorialidades. As territorialidades podem ser definidas como os territórios do indivíduo, seus espaços relacionais, horizontes geográficos e limites para a vivência e apreensão da realidade. “A territorialidade pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura e das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e deslocar” (Spósito, 2004, p. 113). Assim, é nessa territorialidade cotidiana construída pelos alunos em seus trajetos que são percebidas as características centrais do desenvolvimento econômico e social, nos remetendo às perguntas: somos desenvolvidos? Desenvolvimento para quem, para quê?

### 3. Material e métodos

O projeto de extensão envolveu alguns procedimentos fundamentais: estudos, pesquisas e debates sobre textos selecionados; seleção de dados estatísticos e tabulação conforme indicadores de desenvolvimento selecionados; planejamento de intervenções didáticas considerando os materiais selecionados e os conteúdos e didáticas escolares de ensino de Geografia; realização de oficina em espaço de 5 horas/aula, com exposição dialogada de conceitos, exemplos e dados, levantamento de opiniões junto aos alunos, sistematização geral de conteúdos e aplicação de atividades.

Assim, seguimos o que foi apontado por Cavalcanti (1998), no trabalho com conceitos geográficos, devendo-se priorizar a formação de um raciocínio espacial e uma consciência socioespacial. Cavalcanti (1998) postula que a construção de conhecimentos geográficos na escola deve partir da compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e da influência dessas práticas sociais nas configurações do espaço. O pensar geográfico deveria contribuir para a formação do cidadão que contextualiza espacialmente os fenômenos, conhece o mundo e age como ator social.

No trabalho com a escola parceira, estabelecemos uma conversa inicial com os docentes da disciplina de Geografia do Ensino fundamental e médio e identificamos a turma de 2o. EM Noturno (faixa etária de 15/16 anos) como a mais adequada ao trabalho, devido à proximidade com os conteúdos estudados e que seriam apresentados (*Formação do território brasileiro: Usos do território no Brasil*) e pela possibilidade de prosseguimento da oficina nos próximos meses e anos, já que esses alunos tendem a permanecer na escola para término do ensino médio.

A oficina de cerca de 4 horas de duração ocorreu no dia 28 de maio de 2013. A proposta era explorar a temática do "Desenvolvimento no/do território de Ourinhos" através do trabalho com indicadores econômicos e sociais (Produto Interno Bruto/PIB, Produto Interno Bruto/PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano/IDH), contextualizando os dados do município com dados de municípios vizinhos, da região de governo e do Estado de São Paulo.

A primeira parte da oficina foi de apresentação do tema e de informações básicas sobre os indicadores analisados, através do conceito e de tabelas e gráficos. Durante a exposição, o aluno-bolsista do projeto sondava os alunos escolares sobre seus conhecimentos prévios sobre os conteúdos analisados.

Em seguida, a análise pautou-se no conceito de território e na formação territorial de Ourinhos, buscando-se, através de diálogo com os alunos, compreender a realidade por eles vivida em Ourinhos, em seu cotidiano homólogo, e como eles entendem o que é o "desenvolvimento" e a "segregação socioespacial". Santos (1996, 2002) afirma que o território é a grande mediação entre o mundo e a sociedade local, sendo que o cotidiano imediato localmente vivido é a garantia da comunicação e da união horizontal que constrói a base de vida comum e cria normas locais e regionais.

(...) o lugar é a sede dessa resistência civil, mas nada impede que aprendamos as forma de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade do conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território, ou território usado (SANTOS, 2002, p. 19)

Por fim, foi entregue aos alunos uma lista de atividades com a finalidade de exercitar o raciocínio espacial sobre os dados apresentados e mobilizar competências e habilidades na análise de gráficos e tabelas. Por raciocínio espacial ou geográfico, Cavalcanti (1998; 2005) define o processo de construção de conhecimentos que parte do aluno e nele se desenvolve, no sentido de desenvolver funções psicológicas superiores, o pensamento por conceitos. O pensar geográfico deveria contribuir para a formação do cidadão que contextualiza espacialmente os fenômenos, conhece o mundo e age como ator social.

Nesse sentido, a autora apresenta quatro constatações sobre o ensino de Geografia e, particularmente, do ensino de conceitos geográficos: a) o problema no ensino-aprendizagem geográfico está na dificuldade de se formar um raciocínio geográfico, pois não há o estabelecimento da relação entre os conteúdos da Geografia e a prática social diária dos alunos; b) a questão crucial é como estruturar conceitos científicos em conceitos escolares; c) um dos caminhos para a compreensão dessa questão é o estudo da representação social dos alunos a respeito de temas e conceitos trabalhados na Geografia escolar; d) o professor deve propiciar condições para que o aluno possa formar ele mesmo um conceito, pois memorização e associação por si só não propiciam a formação de conceitos.

Ao final, o tema proposto para uma breve dissertação foi: "*O desenvolvimento em Ourinhos*". Poucos alunos conseguiram realizar essa atividade no tempo previsto, mas aqueles que fizeram enfocaram bastante as atividades econômicas principais realizadas no município (no caso o comércio), contrastando com a pobreza e precariedade



existentes em alguns bairros, ressaltando-se a ausência do poder público nessas áreas. Tal reflexão mostra que os alunos compreenderam a ideia de que o espaço urbano, em sua reprodução (ou desenvolvimento), evidencia uma diferenciação ou divisão. Assim, afirma Correa (2000, p. 82-83) que

a diferenciação do espaço urbano em termos residenciais tem, como já se viu, a papel de viabilizar a reprodução das classes e suas frações. Ela é percebida no trajeto para o trabalho, nas viagens de compras, visitas a lazer e nas informações provenientes da enorme profusão dos meios de comunicação. A consciência das diferenciações socioespaciais faz com que cada um destes espaços residenciais seja também de reivindicações específicas ao grupo social que ali reside. (...) Aos olhos da população de baixo nível de renda, o Estado representa uma instituição que não cumpre seus deveres, não atende às crescentes necessidades coletivas de certas áreas da cidade, visto até como um adversário que procura romper modos de vida enraizados em certos locais.

Como coletânea dessa proposta de redação foram fornecidos dois textos de consulta aos alunos extraídos da revista semanal “Carta Capital”. O primeiro, cujo título é “O efeito benéfico da autonomia”, trata do avanço dos valores de IDH no Brasil com a retomada do período político democrático, apontando, no entanto, o problema das grandes cidades em suprir a necessidades de seus habitantes (Carta Capital, 2013, p. 30). Em outra matéria, intitulada “O estopim das crises”, é feita uma análise do novo livro de Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia, que afirma que o aumento da desigualdade e a polarização de renda comprometem o desenvolvimento econômico e reduzem o PIB, favorecendo a eclosão de crises sociais (Carta Capital, 2013, p. 50).

O uso da ferramenta de intertextualidade permitiu aos alunos situar a discussão sobre o desenvolvimento e seus indicadores no plano mundial e nacional, fornecendo argumentos mais sólidos para análise das condições locais de desenvolvimento, pois

(...) é no lugar vivenciado onde todos os confrontos se explicitam e se individualizam, onde o poder se exercita através das leis orgânicas municipais, dos planos e diretrizes, da captação e distribuição de recursos, através dos sistemas tributários e dos orçamentos, do controle da gestão pública e da ação das ações das empresas que utilizam ou se servem dos recursos locais. É na territorialidade local onde as estratégias de dominação são mais nítidas. Estes territórios locais são frequentemente negligenciados pelos geógrafos (NEVES, 2002, p. 277).

Portanto, as territorialidades cotidianas dos alunos evidenciam a forma com que eles compreendem o desenvolvimento social e econômico projetado no espaço urbano, no arranjo de bairros de um espaço urbano.

#### **4.Considerações finais**

O trabalho propiciou a interação aluno-professor-aluno para o ensino-aprendizagem do tema proposto. A escola, através de sua direção e coordenação pedagógica, se mostrou receptiva à proposta, destacando a necessidade de que alunos adolescentes têm de se atualizarem geograficamente, exercitarem habilidades importantes que são cobradas no ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e no SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). Foi destacada também a relevância da aproximação dos conteúdos escolares com situações vivenciadas em seu município.

Com os alunos, a primeira parte da oficina evidenciou um receio inicial de exporem suas opiniões, sobretudo pelo receio de se equivocarem em suas opiniões. Na segunda etapa, os alunos participaram mais ativamente, pois a proposta foi entender os dados apresentados à luz da realidade territorial vivenciados no município. Na terceira etapa, avaliativa, muitos alunos sentiram dificuldades em entendimento dos enunciados das questões e de selecionar informações estatísticas organizadas em gráficos e tabelas. À medida que apareciam as dificuldades, o docente coordenador, os bolsistas e os alunos voluntários do projeto buscavam atender os alunos escolares e trazer explicações para o bom andamento da atividade.

Como resultados gerais, percebeu-se interesse pela discussão do desenvolvimento e das problemáticas econômicas e sociais encontradas em Ourinhos, associando o conceito de território ao de segregação socioespacial. A proposta foi ir além dos dados estatísticos, das medidas do desenvolvimento do território e trabalhar com as percepções dos alunos sobre o tema.

É importante ressaltar que maior parte dos livros didáticos utilizados no Ensino Médio aborda a temática do desenvolvimento considerando a expansão do modelo capitalista de produção, as classificações dos países em desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento e trata dos indicadores de desenvolvimento. No entanto, em perspectiva territorial, analisam o conceito nos níveis mundial e nacional, suprimindo a abordagem ao nível local e regional. Como esses livros aparecem, em algumas escolas, como um dos poucos referenciais de pesquisas aos alunos, a discussão sobre o tema torna-se bastante distante da realidade concreta dos educandos e, portanto, abstrata.

Fazê-los se aproximar do tema “desenvolvimento e território” foi um dos desafios da oficina proposta e, a partir de exemplos estatísticos, cartográficos e fotográficos do local, buscamos situá-los no plano onde as coisas acontecem, onde as possibilidades do mundo se tornam realidades concretas. Trata-se de um exercício de “geografização da cidadania” (Santos, 1987, apud Neves, 2002), favorável ao processo de construção de conceitos por meio da formação de um raciocínio espacial.

Alguns dos alunos expressaram opiniões do tipo “estamos muito longe do centro da cidade”, “para chegar lá é caro”, “se formos a pé chegamos mortos”, “o asfalto aqui é muito ruim”, “à noite as ruas ficam muito escuras”, “só tem um posto de saúde no bairro, sempre lotado”. Tais opiniões demonstram que o lugar vivido é a base para o sujeito se expressar sobre o desenvolvimento. Partir de indicadores sociais e econômicos, o geral, e tratar da distribuição de equipamentos e a divisão de renda da cidade, o específico, é um procedimento de raciocínio importante que não se faz em apenas em um sentido, dá-se um feedback constante entre o pensamento do local para o global, do global para o local.

Desse modo, permanece ainda atual a seguinte mensagem de Milton Santos (1996):

Mas o território termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, já que em sua funcionalização, o mundo necessita dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o mundo escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse momento, modifica o conjunto de lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para tornar-se espaço, o mundo precisa das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma (p. 271, grifo nosso).

## 5.Referências

BOISIER, Sérgio. Desarrollo local:¿De qué estamos hablando? In: Madoery, O.; Vazquez Barquero, A. (org.), **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário/ARG: Homo Sapiens, 2001.

BERNABUCCI, Cláudio. O estopim das crises. **Carta Capital**, São Paulo, Ed.. Confiança, ano 18, n. 752, 12 de junho de 2013.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-1995. **Economia e sociedade**, Campinas, Unicamp, n.8, p. 101-141, jun. 1997.

- CAVALCANTI, Lana. S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: Uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. **Caderno Cedes**, Campinas, Unicamp, v. 25, n. 66, maio/ago. 2005.
- CAVALCANTI, Lana. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas/SP: Papyrus, 1998.
- FURTADO, Celso. **Introdução do desenvolvimento**: Um enfoque histórico-estrutural. 3a. edição, RJ: Paz e Terra, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. E., et al., **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.
- HAESBAERT, Rogério.; Ramos, T. T. O mito da desterritorialização econômica. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 6, n. 12, 2004.
- LÍRIO, Sérgio. O efeito benéfico da autonomia. **Carta Capital**, São Paulo, Ed.. Confiança, ano 18, n. 760, 7 de Agosto de 2013.
- NEVES, Gervásio. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton.; SOUZA, Milton A. de; SILVEIRA, Maria L., **Território, globalização e fragmentação**. 5ª. Edição, São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria. A. de; SILVEIRA, Maria L., **Território, globalização e fragmentação**. 5ª. Edição, São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.
- SANTOS, Milton.; Silveira, Maria. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 10ª. Ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010.
- VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Univ. Estadual Paulista/Unesp, Campus de Ourinhos. É coordenador do projeto regular de pesquisa FAPESP, líder e integrante de Grupos de Pesquisa do CNPq, coordenador do Laboratório de Geografia Humana e coordenador de projetos de extensão e do Núcleo de Ensino. Email: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

<sup>2</sup> Aluno do curso de graduação (licenciatura e bacharelado) em Geografia da Univ. Estadual Paulista/Unesp, Campus de Ourinhos. Email: bruno\_pomela@hotmail.com.

<sup>3</sup> Aluno do curso de graduação (licenciatura e bacharelado) em Geografia da Univ. Estadual Paulista/Unesp, Campus de Ourinhos. Email: gabfabril@hotmail.com.